



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, março/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 2, fev. 2004. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em fevereiro, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 4,1 bilhões acumulando, no primeiro bimestre de 2004, resultado de R\$ 11,2 bilhões, equivalente a 4,36% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,2 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,0 bilhões e R\$ 35,6 milhões.

O resultado primário do Governo Central, no primeiro bimestre de 2004, foi superavitário em R\$ 11,2 bilhões, aproximadamente 4,36% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	JAN 2004	FEV 2004	JAN-FEV 2003	JAN-FEV 2004
I. RECEITA TOTAL	34.766,0	31.440,3	60.306,2	66.206,2
I.1. Receitas do Tesouro	28.842,1	24.237,8	48.588,4	53.080,0
I.1.1 Receita Bruta	29.411,7	24.567,4	49.255,4	53.979,1
I.1.2. (-) Restituições	-569,6	-329,5	-666,9	-899,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.850,0	7.112,8	11.572,8	12.962,8
I.3. Receitas do Banco Central	73,9	89,6	144,9	163,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.482,3	6.220,1	11.849,1	11.702,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.283,7	25.220,2	48.457,1	54.503,9
IV. DESPESA TOTAL	22.205,3	21.079,4	37.452,4	43.284,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.606,1	6.417,0	13.461,6	14.023,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.856,8	9.090,1	14.399,2	17.946,9
IV.3. Custeio e Capital	5.627,7	5.399,2	9.357,2	11.026,8
IV.3.1. Despesa do FAT	604,3	616,3	964,7	1.220,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	295,9	335,5	270,6	631,4
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	493,5	601,1	576,3	1.094,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.234,0	3.846,3	7.545,7	8.080,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	37,1	48,0	75,4	85,2
IV.5. Despesas do Banco Central	77,7	125,2	159,1	202,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.078,4	4.140,7	11.004,7	11.219,2
V.1. Tesouro Nacional	10.089,0	6.153,6	13.845,2	16.242,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-3.006,8	-1.977,3	-2.826,3	-4.984,1
V.3. Banco Central (3)	-3,8	-35,6	-14,2	-39,4
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,70%	4,36%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2004/2003	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	9,8%
Tesouro	9,2%
Previdência	12,0%
Transferências	-1,2%
Receita Líquida	12,5%
Despesas	15,6%
Benefícios	24,6%
Pessoal	4,2%
Custeio e Capital	17,8%

O resultado primário do Tesouro Nacional no primeiro bimestre deste ano foi R\$ 2,4 bilhões (17,3%) superior ao obtido em igual período de 2003 (0,4 ponto percentual do PIB). As receitas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 4,5 bilhões (9,2%), atingindo o montante de R\$ 53,1 bilhões no ano. No entanto, em percentual do PIB, observa-se queda de 0,1% ponto percentual. Tal desempenho decorreu principalmente dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 2,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e CSLL (ou de 0,37 ponto percentual do PIB), destacando-se o maior recolhimento do setor de combustíveis;

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-FEV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Tesouro Nacional	5,91%	6,31%
Previdência Social	-1,21%	-1,94%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	4,70%	4,36%

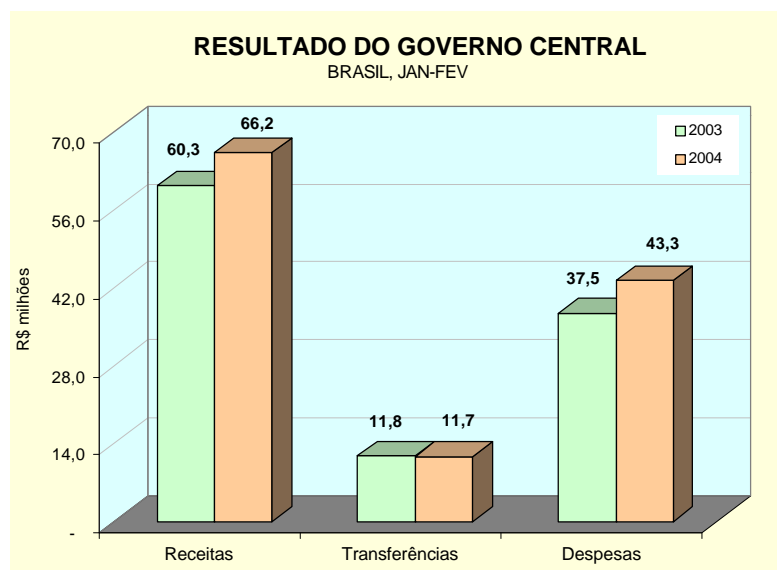
No primeiro bimestre de 2004, a receita bruta do Tesouro em proporção do PIB foi de 21,0%, mesmo nível observado em igual período de 2003.

ii) incremento de R\$ 1,3 bilhão na Cofins (0,2 ponto percentual do PIB), proveniente do aumento da alíquota das entidades financeiras de 3% para 4% e da retenção na fonte, referente a pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a empresas prestadoras de serviços, conforme estabelece o artigo 30 da Lei 10.833, de 29/12/2003; iii) aumento de R\$ 345,2 milhões na arrecadação do PIS/Pasep (0,02 ponto percentual do PIB), pela retenção na fonte referente a pagamentos efetuados pelo setor privado a empresas prestadoras de serviços (Lei 10.833/03, art. 30); iv) crescimento de R\$ 215,5 milhões nas receitas decorrentes do pagamentos de dividendos à União; e v) queda de R\$ 319,0 milhões na arrecadação do imposto de importação (ou de 0,2 ponto percentual do PIB).

As transferências a estados e municípios correspondem a 4,5% do PIB, no acumulado de janeiro e fevereiro de 2004, contra 5,1% em igual período do ano anterior. Parte dessa queda concentrou-se nas transferências relativas à desoneração do ICMS, de 0,5% para 0,2% do PIB, em razão da transferência adicional, realizada em 2003, de valores referentes a novembro e dezembro de 1999, atualizados pelo IGP-DI, conforme determinou o artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2002.

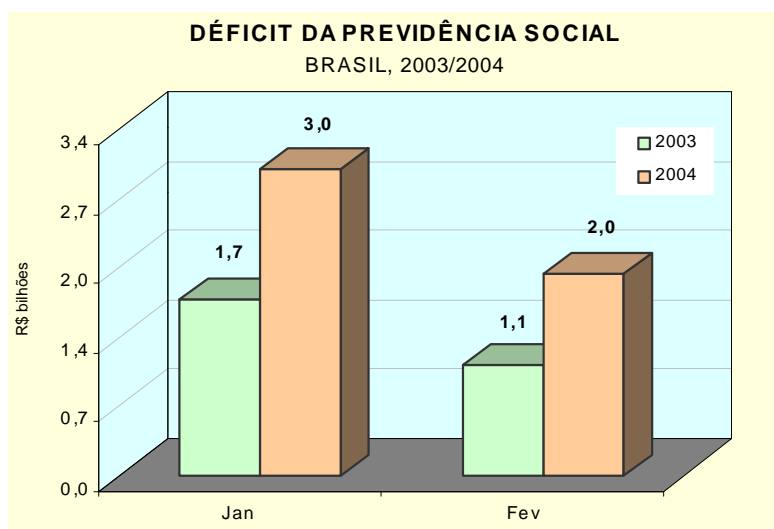
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	20,7%	20,6%
Transferências	5,1%	4,5%
Despesas do Tesouro	9,8%	9,8%
Resultado Primário	5,9%	6,3%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais



Adicionalmente, as demais transferências a estados e municípios apresentaram redução de 0,2 ponto percentual, devido basicamente aos efeitos do câmbio sobre os repasses de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Por sua vez, as despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 25,1 bilhões no período, tendo crescido R\$ 2,2 bilhões (9,8%) em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Esse incremento decorre principalmente dos seguintes aumentos: i) de R\$ 561,4 milhões nas despesas com pessoal e encargos, decorrente do crescimento vegetativo da folha, da reestruturação de carreiras estratégicas, da incorporação do aumento linear de 1,0% concedidos ao funcionalismo público federal; ii) de R\$ 534,6 milhões na rubrica “outras despesas de custeio e capital” resultante do contingenciamento efetuado pelo Decreto nº 4.992, de 18/02/2004, ter sido menos acentuado que o realizado em 2003; iii) de R\$ 518,3 milhões no item LOAS/RMV, proveniente da inclusão da Renda Mensal Vitalícia (RMV) como despesa primária do Tesouro Nacional e da alteração da idade mínima para recebimento mensal de um salário mínimo de 67 para 65 anos, assim como da mudança no cálculo da renda familiar per capita, nos termos da LOAS.



O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 5,0 bilhões no primeiro bimestre de 2004 (1,94% do PIB). O crescimento das despesas com benefícios em relação a idêntico período de 2003 reflete os reajustes ocorridos e o incremento na quantidade de beneficiários.

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 5,0 bilhões no primeiro bimestre de 2004 (1,94% do PIB), contra R\$ 2,8 bilhões (1,21% do PIB) no mesmo mês do ano anterior. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios totais, que aumentaram 24,6% nesse período, decorrente do aumento de 20,6% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 e o reajuste dos demais benefícios a partir de julho de 2003, bem como da ampliação do contingente de novos benefícios (incremento na quantidade média dos benefícios de 813,6 mil em relação ao primeiro bimestre de 2003). Por seu lado, a arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 13,0 bilhões, com crescimento de 12,0% em relação ao mês ao primeiro bimestre de 2003.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*Em fevereiro, a receita
bruta do Tesouro totalizou
R\$ 24,6 bilhões.*

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 24,6 bilhões em fevereiro de 2004, decrescendo R\$ 4,8 bilhões em relação a janeiro. Dentre os fatores que explicam esse comportamento, se destacam o pagamento, em janeiro, da primeira cota ou cota-única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano e a arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital relativa a juros remuneratórios do capital próprio, ambos de caráter sazonal.

A sazonalidade também afetou a arrecadação do IRPJ, da CSLL, da Cofins e do PIS/Pasep em janeiro, em decorrência do bom desempenho das vendas no final de 2003. Ademais, houve cinco semanas de fatos geradores, contra quatro em fevereiro, refletindo-se na arrecadação dos tributos com apuração semanal, em especial a CPMF.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 2,7 bilhões, representando queda de R\$ 209,1 milhões em relação ao mês anterior. A arrecadação de dividendos no montante de R\$ 1,1 bilhão, proveniente da Petrobras, compensou, em grande parte, o recolhimento trimestral, em janeiro, de R\$ 1,5 bilhão da parcela referente à participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

As receitas brutas do Tesouro em proporção do PIB, no primeiro bimestre de 2004, ficaram iguais àquelas de igual período de 2003, 21,0%, sendo que em termos nominais houve acréscimo de R\$ 4,7 bilhões. Esse aumento é explicado, em parte, pelo recolhimento adicional de IRPJ e CSLL referente ao setor de combustíveis e pelo efeito da antecipação de parte da arrecadação relativa à declaração de ajuste de 2003, a ser entregue no mês de março de 2004. Além disso, houve aumento da arrecadação da Cofins em virtude do aumento da alíquota das entidades financeiras, de 3% para 4%, e da retenção na fonte referente a pagamentos efetuados pelo setor privado a empresas prestadoras de serviços (art. 30 da Lei 10.833, 29 de dezembro de 2003). Por outro lado, a menor taxa média de câmbio, quando comparada ao começo de 2003, deprimiu a arrecadação do IRRF – Remessas para o Exterior, do Imposto de Importação e do IPI – Vinculado às Importações.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2004, as demais receitas atingiram R\$ 5,6 bilhões, mantendo-se no mesmo patamar observado em 2003. A menor arrecadação da cota-parte de compensações financeiras (R\$ 340,2 milhões) e de concessões de serviços públicos (R\$ 128,3 milhões) foi compensada pelo aumento da receitas próprias (R\$ 249,3 milhões) e dos dividendos (R\$ 215,6 milhões).

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	9,1%	8,9%
Imposto de Renda	6,8%	6,9%
IPI	1,4%	1,2%
Outros	0,9%	0,8%
Contribuições	9,5%	9,9%
Cofins	4,1%	4,3%
CPMF	1,7%	1,6%
CSLL	1,2%	1,5%
Cide - Combustíveis	0,5%	0,5%
Outras	2,0%	2,0%
Demais	2,4%	2,2%
Dividendos da União	0,4%	0,4%
Concessões	0,1%	0,0%
Outras	2,0%	1,8%
Total Bruto	21,0%	21,0%

Em fevereiro, as transferências a Estados e Municípios aumentaram em R\$ 737,8 milhões, totalizando R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 5,5 bilhões em janeiro. Esta diferença pode ser explicada em grande parte pelo aumento dos repasses constitucionais, decorrente da arrecadação no último decêndio de janeiro do IRRF – Rendimentos de Capital relativos a juros remuneratórios de capital próprio e da antecipação de parte da arrecadação relativa à declaração de ajuste de 2003. Além disso, as demais transferências aumentaram R\$ 328,3 milhões, pelo repasse de recursos provenientes da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, recolhido no final de janeiro.

Na comparação entre o primeiro bimestre de 2003 e o de 2004, as transferências a estados e municípios passaram de 5,06% do PIB para 4,55% do PIB. O principal fator responsável por este fenômeno refere-se à redução das transferências relativas à desoneração do ICMS, de 0,53% para 0,22% do PIB. Esta redução é explicada pela transferência adicional, em 2003, de valores referentes aos meses de novembro e dezembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme determinou o artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2002.

Adicionalmente, as transferências constitucionais passaram de 3,63% para 3,60% do PIB, em virtude da menor arrecadação do IPI em 2004, em parte compensada pelo comportamento favorável do IR. A evolução do câmbio explica parte da redução das demais transferências a Estados e Municípios, que passaram de 0,90% para 0,72% do PIB, em razão, principalmente, dos seus efeitos sobre os repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,9 bilhões em fevereiro, contra R\$ 13,3 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 1,4 bilhão (10,5%) concentrou-se, basicamente, na despesa de pessoal e encargos (R\$ 1,2 bilhão).

O comportamento da despesa com pessoal e encargos sociais, que passou de R\$ 7,6 bilhões, em janeiro, para R\$ 6,4 bilhões, em fevereiro, é explicado pela concentração em janeiro de parte expressiva do pagamento de férias e adiantamento de 13º salário dos servidores públicos federais. Adicionalmente, houve, em janeiro, o pagamento da décima parcela relativa ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União e da terceira parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos ao Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995.

Transferências a Estados e Municípios

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
Constitucionais	4.433,7	4.843,3
Desoneração do ICMS	283,3	283,3
Demais	765,2	1.093,5
Total	5.482,3	6.220,1

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais	3,63%	3,60%
Desoneração do ICMS	0,53%	0,22%
Demais	0,90%	0,72%
Total	5,06%	4,55%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Comparativamente ao mês anterior, a redução das despesas do Tesouro Nacional em fevereiro decorre de pagamentos sazonais naquele mês: parcela de férias, décimo-terceiro salário e passivos ao funcionalismo.

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2004 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
Pessoal e Encargos	7.606,1	6.417,0
Custeio e Capital	5.627,7	5.399,2
Despesas do FAT	604,3	616,3
Subsídios e Subvenções	295,9	335,5
LOAS/RMV (1)	493,5	601,1
Outras	4.234,0	3.846,3
Transferência ao Bacen	37,1	48,0

Boxe 1 – Renda Mensal Vitalícia

O benefício da renda mensal vitalícia (RMV) foi primeiramente instituído em 1974, pela Lei nº 6.179, que garantiu aos maiores de 70 anos de idade e aos inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, a percepção de renda mensal vitalícia e assistência médica nos mesmos moldes da prestada aos demais beneficiários da Previdência Social. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/1993) extinguiu o benefício da RMV, tendo mantido o direito de requerer o benefício até dezembro de 1995, prazo que foi posteriormente alterado para julho de 1995 pelo Decreto nº 1.330, de 08/12/1994. As despesas atuais com RMV correspondem a benefícios solicitados até essa data.

Os gastos com custeio e capital apresentaram queda de 4,1%. Em particular, houve decréscimo na rubrica “Outras Despesas de Custeio e Capital”, que ficou R\$ 387,7 milhões abaixo da verificada em janeiro.

A partir de janeiro deste ano, as despesas com a Renda Mensal Vitalícia (RMV), instituída pela Lei nº 6.179, de 11/12/1974, que até dezembro de 2003 faziam parte do resultado fiscal da Previdência Social, estão sendo incluídas no Resultado Primário do Tesouro Nacional, no item Custeio e Capital. A reclassificação desta despesa foi efetuada de maneira a refletir mais adequadamente sua natureza, tendo em vista que se trata de uma despesa de caráter assistencial e não previdenciário.

Em função de tal mudança, o Tesouro Nacional julgou relevante a abertura de item específico que contemple as principais despesas com assistência social, isto é, as despesas com a RMV e as efetuadas no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, de 07/12/93, estas últimas já classificadas anteriormente dentro do item Custeio e Capital.

Assim, o aumento das despesas com LOAS/RMV decorreu, principalmente, da entrada em vigor, em janeiro de 2004, com efeito financeiro a partir de fevereiro, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01/10/2003), que alterou a idade mínima para recebimento do benefício da LOAS, de 67 para 65 anos, e excluiu do cálculo da renda familiar per capita, o benefício percebido no âmbito da LOAS.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 335,5 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 39,6 milhões em relação ao mês anterior. As despesas com subsídios à agricultura, no âmbito do Programa de Operações Oficiais de Crédito, registraram aumento de R\$ 95,2 milhões no mês em análise. Tal variação pode ser explicada, em especial, pela despesa de equalização do Programa de Investimento Rural e Agroindustrial, concentrada nos meses de fevereiro e agosto. Esse programa corresponde a um conjunto de linhas de financiamento administradas pelo BNDES, cujos saldos médios são apurados em janeiro e julho, com respectivos pagamentos em fevereiro e agosto, sendo utilizados recursos do BNDES (FAT e Finame).

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes) apresentaram aumento de R\$ 10,9 milhões.

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
BRASIL, 2004 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
	2004	2004
Agricultura	182,2	277,4
Custeio Agropecuário	13,5	10,3
Investimento Rural	0,0	173,5
Preços Agrícolas	17,6	-4,5
- EGF	2,1	0,6
- AGF	0,5	0,0
- Sustentação de preços	15,0	-5,1
Pronaf	151,0	98,1
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Outros	20,4	-27,9
Exportação (Proex)	-8,2	-75,6
Habitação (PSH)	31,4	51,0
Securitização Lei 9.138/95	0,0	0,0
Fundo da terra	-2,8	-3,3
Total	202,5	249,5

No primeiro bimestre de 2004, as despesas do Tesouro Nacional alcançaram 9,8% do PIB, mantendo-se no mesmo patamar que em idêntico período do ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos sociais apresentaram redução de 0,30 ponto percentual e os dispêndios com custeio e capital apresentaram incremento de 0,28 ponto percentual.

Em termos nominais, as despesas com a rubrica “pessoal e encargos sociais” elevaram-se em R\$ 561,4 milhões, em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, da incorporação do aumento linear de 1,0% concedido ao funcionalismo público federal, com efeito financeiro a partir de julho de 2003, bem como da vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87.

Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de 17,8%, explicado, principalmente, pela inclusão da despesa com a Renda Mensal Vitalícia e pelo incremento nos gastos com “subsídios e subvenções econômicas” (133,4%).

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 1,2 bilhão no acumulado do ano de 2004, 26,5% (0,06 ponto percentual do PIB) superior ao observado no mesmo período do ano anterior. O incremento das despesas do FAT pode ser explicado, dentre outros, pelo aumento do salário-mínimo ocorrido em abril, com reflexo nessas despesas a partir daquele mês.

Os gastos com subsídios à agricultura atingiram o montante de R\$ 459,5 milhões no acumulado de 2004, contra R\$ 205,2 milhões no mesmo período do ano anterior (crescimento nominal de 123,9%). Os programas que apresentaram os mais significativos incrementos foram: i) o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - Pronaf (84,9%), com os maiores volumes executados no âmbito dos financiamentos concedidos. Uma das razões para esse aumento decorreu da maior dotação orçamentária para a concessão de financiamento em 2004 (R\$ 1,07 bilhão), comparado a 2003 (R\$ 828,0 milhões), e; ii) o Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (66,7%), mencionado anteriormente.

Ademais, cabe destacar que, no primeiro bimestre de 2003, no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), foram realizadas vendas líquidas de algodão, arroz e milho, dentre outros, para fins de regulação de estoques de produtos agrícolas no mercado, que, dentro da metodologia de empréstimos ao setor privado menos retornos dessas operações (explicada em detalhes na publicação do mês de janeiro), se refletiu como receita do AGF, a qual não se repetiu no primeiro bimestre deste ano.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	5,75%	5,45%
Custeio e Capital	4,00%	4,28%
Despesas do FAT	0,41%	0,47%
Subsídios e Subvenções	0,12%	0,25%
LOAS/RMV (1)	0,25%	0,43%
Outras	3,22%	3,14%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

(1) RMV apenas em 2004

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	205,2	459,5
Custeio Agropecuário	86,1	23,8
Investimento Rural	104,1	173,5
Preços Agrícolas	-184,9	13,2
- EGF	1,9	2,7
- AGF	-194,0	0,5
- Sustentação de preços	7,2	9,9
Pronaf	134,7	249,1
Pesa	65,0	0,0
Cacau	0,2	0,0
Outros	-28,7	-7,5
Securitização	0,0	0,0
Habitação (PSH)	53,6	82,4
Exportação (Proex)	-82,3	-83,8
Fundo da Terra	0,0	-6,1
Total	176,4	452,0

Previdência Social

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 2,0 bilhões, 34,2% inferior ao verificado em janeiro. A tabela abaixo apresenta a evolução do resultado do RGPS no primeiro bimestre deste ano.

Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,0 bilhões.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	JAN-FEV	
	2004	2004	2003	2004
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	5.850,0	7.112,8	11.572,8	12.962,8
Arrecadação Bruta	6.841,4	7.585,0	12.759,3	14.426,4
- Contribuição Previdenciária	6.298,5	7.050,5	11.859,9	13.349,0
- Simples	393,4	270,6	545,5	664,0
- CDP	0,0	0,2	0,0	0,2
- CFT	36,2	166,1	50,6	202,3
- Depósitos Judiciais	94,8	54,9	219,3	149,6
- Refis	18,5	28,1	62,8	46,6
- Outras Receitas	0,0	14,5	21,2	14,5
(-) Restituição/Devolução	-42,5	-12,4	-42,5	-54,9
(-) Transferências a Terceiros	-948,9	-459,7	-1.143,9	-1.408,7
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	8.856,8	9.090,1	14.399,2	17.946,9
Benefícios Previdenciários	8.856,8	9.090,1	14.132,6	17.946,9
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	266,5	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.006,8	-1.977,3	-2.826,3	-4.984,1
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,21%	-1,94%

Em fevereiro, a arrecadação líquida apresentou crescimento de 21,6% em relação ao mês anterior, atingindo o montante de R\$ 7,1 bilhões. Tal comportamento deve-se a: i) diminuição de 51,6% das transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros), uma vez que em janeiro são repassadas a estes órgãos as contribuições sobre o 13º salário; ii) arrecadação menor em janeiro devido à antecipação de recolhimento de receitas ocorrida em dezembro de 2003; e iii) aumento do teto previdenciário, aprovado pela EC nº 41 de 31/12/2003, que passou de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00 a partir de janeiro, aumentando o valor máximo de incidência das contribuições, com impacto no caixa a partir do mês de fevereiro. As despesas com benefícios apresentaram incremento de 2,6%.

No primeiro bimestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 13,0 bilhões contra R\$ 11,6 bilhões no primeiro bimestre de 2003. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2004 corresponde a 5,04 pontos percentuais, apresentando acréscimo de 0,1 ponto percentual quando comparado a igual período do ano anterior.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 17,9 bilhões no ano, superando em R\$ 3,5 bilhões o montante observado até fevereiro de 2003. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,8

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-FEV (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,94%	5,04%
Benefícios	6,15%	6,97%
Resultado Primário	-1,21%	-1,94%

ponto percentual. A elevação dos gastos com benefícios decorreu dos seguintes fatores: i) aumento de 20,6% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário-mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) acréscimo da ordem de 813,6 mil na quantidade média de benefícios pagos em 2004.

Ressalta-se ainda que a partir de janeiro de 2004, o pagamento da Renda Mensal Vitalícia (RMV) foi retirado da despesa com benefícios do fluxo de caixa da Previdência Social, dado que este benefício é essencialmente de natureza assistencial, e passou a integrar outras despesas de custeio e capital do Tesouro.

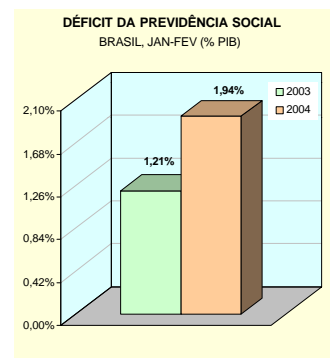
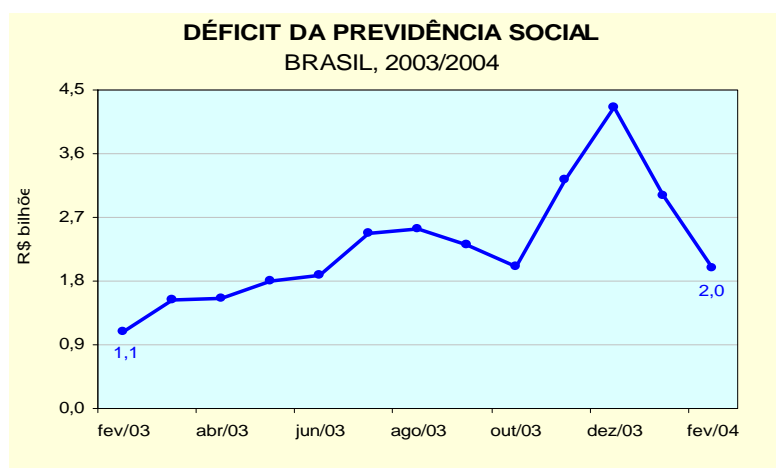
A média mensal do estoque de benefícios no primeiro bimestre de 2004, comparativamente ao mesmo período de 2003, apresentou os principais incrementos: i) 398,6 mil (3,4%) nas aposentadorias; ii) 240,4 mil (28,7%) nos auxílios-doença; e iii) 152,6 mil (2,9%) nas pensões por morte. Por outro lado, houve queda no número de benefícios identificados de salário maternidade (91,6 mil benefícios a menos), explicada pela mudança na legislação previdenciária introduzida pela Lei nº 10.710, que restabeleceu, a partir de setembro de 2003, o pagamento do salário-maternidade pela empresa e não mais pela Previdência Social, salvo no caso da trabalhadora avulsas.

No primeiro bimestre de 2004, o déficit acumulado do RGPS totalizou R\$ 5,0 bilhões, equivalentes a 1,94% do PIB. Tal resultado é superior ao observado em igual período em 2003, quando atingiu R\$ 2,8 bilhões, ou 1,21% do PIB.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,1	21,9	3,9%
Valor médio**	345,1	416,2	20,6%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

A partir de janeiro de 2004, o pagamento da Renda Mensal Vitalícia (RMV) foi retirado da despesa com benefícios do fluxo de caixa da Previdência Social, e passou a integrar "outras despesas de custeio e capital" do Tesouro Nacional, dado que este benefício é essencialmente de natureza assistencial.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 394,9 bilhões, o que corresponde a 25,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e no mês de fevereiro do ano anterior.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 FEV	2004 JAN	2004 FEV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	72.765	163.732	168.807
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	584.486	708.313	714.575
Dívida Contratual da STN	-394.922	-411.562	-412.077
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-116.799	-133.020	-133.691
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	264.538	229.137	226.113
Dívida Mobiliária em Poder do Público	203.368	178.835	177.163
Títulos Depositados em Garantia	-6.698	-3.798	-3.867
Dívida Contratual	69.005	54.463	53.188
Disponibilidades	-1.137	-364	-370
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	337.303	392.869	394.920
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,5%	25,5%	25,4%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 394,9 bilhões.

Em relação a janeiro, a dívida líquida apresentou incremento de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 5,1 bilhões são decorrentes do aumento da dívida interna líquida, contrabalançado com a diminuição de R\$ 3,0 bilhões da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

O aumento da dívida interna líquida de R\$ 163,7 bilhões, em janeiro de 2004, para R\$ 168,8 bilhões, em fevereiro, decorreu da apropriação de juros da dívida mobiliária em poder do público, basicamente nos títulos indexados à taxa Selic, não obstante ter havido o resgate líquido de títulos da dívida mobiliária em R\$ 1,5 bilhão. Houve aumento do saldo dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações no montante de R\$ 1,2 bilhão.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003	2004	
	FEV	JAN	FEV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	72.765	163.732	168.807
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	584.486	708.313	714.575
LFT	381.234	436.105	435.157
LTN	12.721	92.175	100.286
NTN-C	50.031	61.664	62.589
NTN-D	50.151	29.610	26.020
Demais	66.861	66.911	68.527
Dívida Securitizada	21.501	19.806	19.958
TDA	1.987	2.043	2.039
DÍVIDA CONTRATUAL	-511.721	-544.581	-545.768
<i>Tesouro Nacional</i>	-394.922	-411.562	-412.077
Dívida Bancária	25.297	25.644	25.610
Lei nº 7.976/89	-13.070	-9.778	-9.654
Lei nº 8.727/93	-46.842	-47.775	-47.772
Lei nº 9.496/97	-198.010	-213.702	-215.603
Renegociação Dívida Municipais	-28.324	-31.091	-31.463
Demais Haveres da STN	-133.973	-134.859	-133.195
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-116.799	-133.020	-133.691
FAT	-82.492	-91.709	-92.574
Demais Entidades	-34.307	-41.310	-41.117
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,4%	45,9%	46,0%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-37,1%	-35,3%	-35,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-28,6%	-26,7%	-26,5%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	5,3%	10,6%	10,9%

Em fevereiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 168,8 bilhões.

Em fevereiro houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 1,5 bilhão: enquanto os resgates alcançaram R\$ 12,0 bilhões, as emissões diretas e ofertas públicas corresponderam a R\$ 10,5 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 10,3 bilhões, sendo: i) R\$ 7,8 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2004 e janeiro e julho de 2005; ii) R\$ 1,5 bilhão em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009, maio de 2015 e agosto de 2024; iii) R\$ 542,5 milhões em NTN-C, com vencimentos em dezembro de 2005, janeiro e abril de 2008, março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iv) R\$ 279,9 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 271,3 milhões em LFT, com vencimento em março de 2009.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 128,9 milhões, com destaque para a emissão de R\$ 48,4 milhões em títulos da Dívida Securitizada referentes à novação de dívidas com o Banco Banestado S.A. e R\$ 24,4 milhões de CFT-E para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Emissões e Resgates

Boxe 2 – Tesouro Direto

A venda de títulos públicos por meio da Internet – Programa Tesouro Direto, totalizou R\$ 21,5 bilhões em fevereiro de 2004. Esse volume superou as vendas de fevereiro de 2003, que alcançaram R\$ 11,8 bilhões. No que tange à composição das vendas, os títulos indexados a índices de preços vêm se destacando. As Notas do Tesouro Nacional, série C – NTN-C, representaram 46,06% do total vendido enquanto que as Notas do Tesouro Nacional, série B – NTN-B, representaram 19,26% das vendas.

Em fevereiro foram resgatados R\$ 12,0 bilhões em títulos, sendo R\$ 11,2 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 775,8 milhões referentes a cancelamentos. No que diz respeito ao pagamento de principal e juros, destacam-se as LFT, no montante de R\$ 5,6 bilhões, e as NTN-D, R\$ 3,6 bilhões. Quanto aos cancelamentos, os mais relevantes foram: i) R\$ 449,7 milhões em LFT, R\$ 30,8 milhões em NTN-C e R\$ 11,5 milhões em títulos da dívida securitizada, todos aceitos no leilão de NTN-B; e ii) R\$ 190,2 milhões em NTN-C e R\$ 19,9 milhões em LFT, ambos aceitos no leilão de NTN-C.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, FEV/2004

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	10.331	129	10.460
LFT	271	0	271
LTN	7.776	0	7.776
NTN-B	1.462	0	1.462
NTN-C	542	0	542
NTN-F	280	0	280
Demais	0	129	129
II. RESGATES***	11.279	721	12.000
LFT	6.061	0	6.061
LTN	970	0	970
NTN-B	124	0	124
NTN-C	550	0	550
NTN-D	3.573	0	3.573
TDA	0	22	22
Securitizada**	0	134	134
Demais	0	566	566
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-947	-592	-1.540

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

O Tesouro Nacional realizou, em fevereiro, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 1,5 bilhão.

BOXE 3 - Títulos Indexados a Índices de Preços

Considerando as diretrizes definidas no Plano Anual de Financiamento – PAF 2004 e visando fortalecer o mercado dos títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, em fevereiro, leilões de Notas do Tesouro Nacional - série B – NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e série C – NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido foi de aproximadamente R\$ 1,46 bilhão, sendo R\$ 967 milhões em dinheiro (66,3% do total) e R\$ 491 milhões em troca por outros títulos (33,7% do total). Os títulos com vencimento em 2006 e 2009 representaram 86,3% do volume vendido, sendo emitidos às taxas de 8,35% a.a. e 8,44% a.a., respectivamente. Os restantes 13,7% se referem aos títulos com vencimentos em 2012 e 2022, que foram vendidos às taxas de 8,58% e 8,63%, respectivamente.

Com relação às NTN-C, somente foram leiloadas aquelas com vencimento em 2021 e 2031, que atingiram o montante total de R\$ 1,1 bilhão. Desse montante, 41,7% correspondem à parcela recebida em dinheiro (R\$ 476,0 milhões) enquanto os 58,3% restantes foram recebidos em títulos (R\$ 665,4 milhões). As taxas de venda foram de 8,33% a.a. para os dois vencimentos. Os volumes alcançados pelas NTN-C com vencimento em 2021 e 2031, foram respectivamente de 48% e 52% do montante emitido. Destaca-se que a NTN-C, com vencimento em 2031, tem sido, dentre os títulos remunerados pelo IGP-M, o de maior emissão nos últimos meses.

Quanto à composição da DPMFi, observou-se: i) crescimento na participação de títulos prefixados em 1,07 ponto percentual devido à emissão líquida de LTN, no valor de R\$ 6,8 bilhões; ii) redução na participação dos títulos remunerados pela taxa SELIC em 0,69 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 5,8 bilhões; iii) aumento da participação dos títulos remunerados a índices de preços em 0,22 ponto percentual, decorrente da emissão líquida de R\$ 1,3 bilhão em NTN-B; e iv) queda na participação de títulos indexados ao câmbio em 0,59 ponto percentual, devido ao resgate líquido de R\$ 3,6 bilhões em NTN-D.

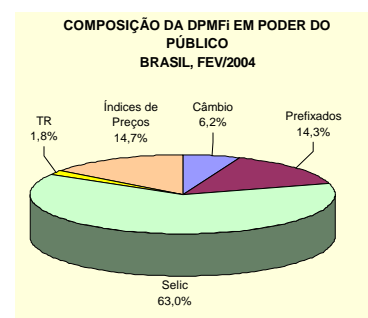
Composição

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2003/2004

INDEXADOR	2003			2004		
	FEV	JAN	FEV	FEV	JAN	FEV
Selic	68,98	63,67	62,98			
Câmbio	12,52	6,81	6,22			
Prefixados	2,20	13,23	14,30			
Índices de Preços	14,23	14,48	14,70			
TR	2,07	1,79	1,79			
Outros	0,01	0,00	0,00			

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público decresceu de 18,78% a.a. em janeiro, para 16,20% a.a. em fevereiro, devido à apreciação do câmbio (0,92% no mês), que reduziu o custo da NTN-D em 38,08 pontos percentuais.

Custo Médio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi permaneceu praticamente estável: de 17,67% a.a. em janeiro, passou para 17,66% a.a. em fevereiro.

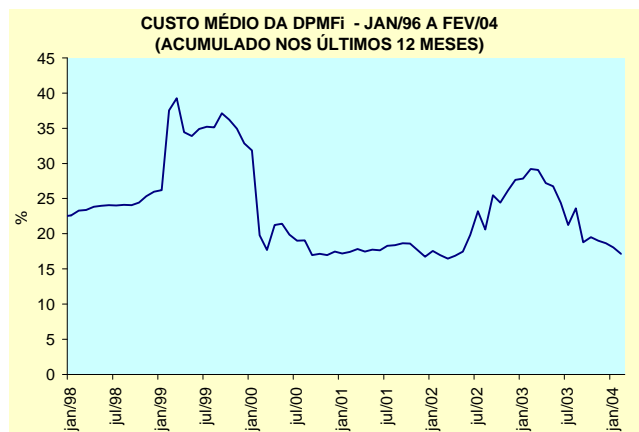


TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2004

PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	Fev	29,11
	Mar	29,74
	Abr	25,53
	Mai	22,56
	Jun	21,38
	Jul	21,56
	Ago	21,88
	Set	21,17
	Out	18,69
	Nov	18,57
	Dez	17,33
	2003	22,91
2004	Jan	17,67
	Fev	17,66

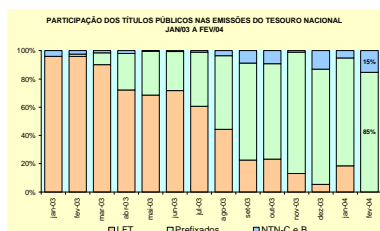
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses foi reduzido de 18,1% a.a. em janeiro, para 17,1% a.a. em fevereiro (vide gráfico anterior). Esta redução resulta, principalmente, do fato da variação do IGP-M de fevereiro de 2004 ter sido inferior à de fevereiro de 2003 (0,69% contra 2,28%). Cabe destacar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, considerando que o custo médio mensal sofre significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.

Prazo Médio

Em fevereiro, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de 0,66 meses (31,47 meses em fevereiro contra 32,13 meses em janeiro). Esta redução decorreu, em boa medida, do encurtamento natural do prazo, devido à aproximação da data de vencimento pelo mês decorrido.

Em relação ao prazo médio de emissão dos títulos prefixados (LTN e NTN-F) observou-se relativa estabilidade. Destaca-se considerável aumento da participação desses títulos no refinanciamento da DPMFi, atingindo 85% do total (R\$ 8,1 bilhões) em fevereiro. Do montante emitido de prefixados, 97% correspondem à LTN com vencimento em janeiro de 2005 (83,6%) e julho de 2005 (16,4%). Os outros 3% referem-se às NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.



PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

TÍTULOS	Meses		
	2003 FEV	2004 JAN	2004 FEV
LTN	1,62	7,53	7,02
LFT	20,48	22,60	21,99
NTN-C	67,68	69,22	68,72
NTN-D	16,48	12,28	13,00
TDA	53,35	61,27	60,90
Dívida Securitizada*	59,74	59,32	58,48
Demais	117,61	107,49	104,68
TOTAL	33,91	32,13	31,47

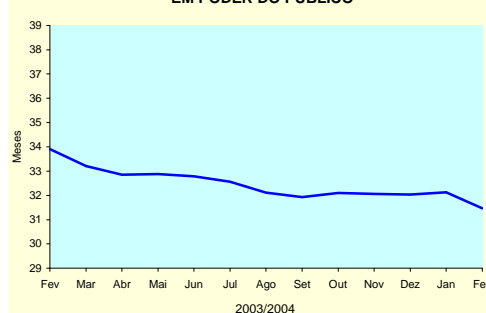
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2003	Fev	33,91	22,07
	Mar	33,21	21,94
	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66
	Ago	32,11	23,54
	Set	31,93	23,51
	Out	32,10	24,14
	Nov	32,06	24,15
	Dez	32,04	24,50
	2004	Jan	32,13
Fev		31,47	24,17

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em moeda nacional, decresceu 1,26% no mês em análise. Os principais fatores que determinaram essa redução foram a queda do estoque de dívida em moeda estrangeira (de 0,35%) e a desvalorização do dólar frente ao real, mencionado anteriormente.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 FEV	2004 JAN	2004 FEV
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	203.367,9	178.835,2	177.162,9
Bônus de Renegociação	65.972,0	48.165,6	47.721,8
Bônus de Captação	137.395,8	130.669,6	129.441,1
II. DÍVIDA CONTRATUAL	69.004,9	54.463,4	53.188,0
Organismos Multilaterais	38.547,5	30.590,6	29.618,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	12.080,8	9.456,4	9.336,2
Clube de Paris	18.376,7	14.416,4	14.233,6
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	272.372,8	233.298,7	230.350,9
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.697,7	-3.797,8	-3.867,3
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.137,1	-364,1	-370,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	264.538,0	229.136,8	226.113,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	19,2%	14,9%	14,6%

O serviço da DPFe em fevereiro totalizou R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 871,9 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,5 bilhão) referiu-se ao pagamento de juros e encargos da dívida mobiliária externa.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JAN/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	871,9	1.605,5	2.477,5
I.1. Organismos Multilaterais	801,1	125,3	926,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	70,8	13,4	84,2
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	1.466,8	1.466,8
EURO2010	0,0	302,0	302,0
EURO2011	0,0	181,9	181,9
GLOBAL2040	0,0	829,8	829,8
EUROMARCO2007	0,0	153,1	153,1

* O valor de juros do GLOBAL 2034 refere-se a deságio pagos na operação de emissão.

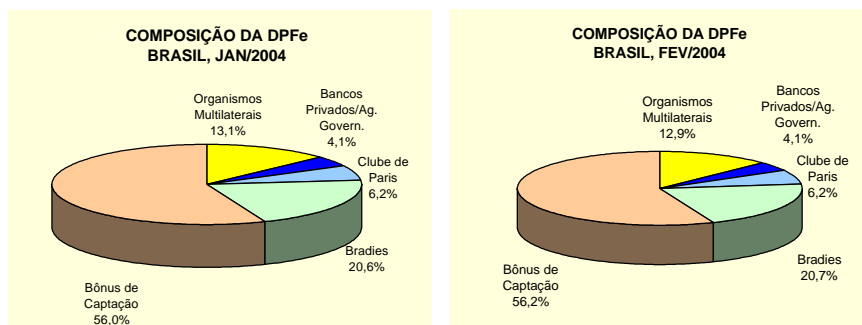
** Algumas agências japonesas do Clube de Paris, apesar do vencimento ter sido em dezembro/03, o crédito foi efetuado em janeiro/04.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,48 bilhões em fevereiro.

Em fevereiro, destaca-se ligeiro aumento da participação dos bônus de captação e de renegociação no total da DPFe de 0,18% e 0,07%, respectivamente. Em contraposição, houve queda de 0,25% na participação dos organismos multilaterais.

Composição

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 56,2% em fevereiro.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa permaneceu praticamente estável, passando de 5,74 anos em janeiro, para em 5,72 anos em fevereiro. Este comportamento decorre, na ausência de novas emissões, da aproximação das datas de vencimento dos títulos.

O custo médio em dólares manteve-se estável em relação a janeiro de 2004, permanecendo em 8,94% a.a..

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,94% a.a. e prazo médio de 5,72 anos, em fevereiro.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	FEV	JAN	FEV
PRAZO MÉDIO (ANOS)	5,89	5,74	5,72
Bônus de Renegociação	5,89	5,58	5,50
Bônus de Captação	5,87	5,80	5,80
Globais	7,19	6,53	6,54
Euros	3,36	3,40	3,38
Demais	2,23	2,81	2,80
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,54	8,94	8,94
Bônus de Renegociação	4,93	4,87	4,87
Bônus de Captação	10,27	10,44	10,45
Globais	11,16	10,79	10,79
Euros	10,11	10,28	10,28
Demais	4,96	6,04	6,06

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
I. RECEITA TOTAL	27.831,7	26.327,4	32.180,9	29.657,2	25.220,9	29.706,3	28.331,9	28.203,6	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.766,0	31.440,3
I.1. Receitas do Tesouro	21.610,3	20.539,2	26.256,5	23.532,4	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,9	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.842,1	24.237,8
I.1.1 Receita Bruta	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.910,4	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.411,7	24.567,4
- Impostos	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1	10.236,2
- Contribuições	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.803,7	11.626,3
- Demais	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.248,8	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	2.913,9	2.704,9
I.1.2. (-) Restituições	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6	-329,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0	7.112,8
I.3. Receitas do Banco Central	109,8	75,9	74,2	78,1	99,1	110,8	82,8	40,2	85,2	76,6	125,3	73,9	89,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3	6.220,1
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3
II.3. Demais	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0	1.215,9	586,2	765,2	1.093,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	21.686,9	21.557,7	27.678,6	22.921,4	20.993,6	25.692,5	23.263,3	23.897,4	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.283,7	25.220,2
IV. DESPESA TOTAL	17.853,5	17.430,1	18.006,9	19.196,7	20.233,3	22.884,6	20.566,7	20.133,3	23.089,8	22.206,3	38.167,9	22.205,3	21.079,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.944,2	5.631,2	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1	6.417,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.195,2	7.249,0	7.404,8	7.856,8	8.063,0	8.877,1	9.069,7	8.906,1	8.966,1	9.790,2	16.552,8	8.856,8	9.090,1
IV.3. Custeio e Capital	4.553,8	4.418,9	4.823,1	5.292,1	5.563,1	6.095,3	5.524,1	5.195,3	8.050,4	5.773,0	12.359,3	5.627,7	5.399,2
IV.3.1. Despesa do FAT	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0	719,0	604,3	616,3
- Abono e Seguro Desemprego	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6	649,5	601,3	593,1
- Demais Despesas do FAT	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9	59,4	69,4	3,0	23,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	185,0	102,2	114,2	123,0	352,3	400,2	234,9	313,5	1.329,6	206,7	2.598,2	295,9	335,5
- Operações Oficiais de Crédito	127,7	49,3	3,2	69,7	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	202,5	249,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	99,1	82,9	120,0	113,1	93,4	86,0
IV.3.3. LOAS/RMV (2)	315,8	328,8	337,5	393,0	397,9	400,7	400,7	405,7	408,5	409,2	389,6	493,5	601,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.657,4	3.559,6	3.779,4	3.935,0	4.392,8	4.306,8	3.652,7	4.028,3	4.895,7	4.671,0	8.652,5	4.234,0	3.846,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6	7,4	46,2	36,4	56,9	37,1	48,0
IV.5. Despesas do Banco Central	86,0	89,6	94,9	103,9	96,6	140,3	102,2	98,4	98,6	103,3	100,9	77,7	125,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.833,4	4.127,6	9.671,7	3.724,6	760,4	2.807,9	2.696,5	3.764,1	4.327,5	2.362,1	-5.958,1	7.078,4	4.140,7
V.1. Tesouro Nacional	4.893,2	5.678,0	11.247,0	5.560,5	2.649,4	5.307,4	5.251,2	6.125,0	6.341,5	5.610,5	-1.727,3	10.089,0	6.153,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-1.083,7	-1.536,8	-1.554,6	-1.810,1	-1.891,5	-2.469,9	-2.535,2	-2.302,7	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.006,8	-1.977,3
V.3. Banco Central (4)	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4	-58,2	-13,4	-26,7	24,4	-3,8	-35,6
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	773,8	-674,8	638,2	-363,2	143,1	518,2	-95,8	317,4	382,8	-179,3	-1.552,6	100,1	nd
VII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (5)	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	2.600,7	4.081,5	4.710,3	2.182,7	-7.510,7	7.178,5	nd
VIII. JUROS NOMINAIS (5)	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	-7.186,1	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	-9.089,8	nd
IX. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (5)	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	-3.104,6	1.157,4	-7.663,3	-11.530,4	-1.911,3	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi (jan/2003 = 133,8)	132,7	131,6	130,5	155,8	155,0	153,3	152,2	151,1	149,8	66,6	146,8	145,5	144,4

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.236,3	33.289,1
I.1 - Recolhimento Bruto	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,7	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3	906,1	1.039,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7	80,9	111,6	141,6	193,9
I.5 - Receita do Salário Educação	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8	181,7	162,8	315,5	147,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6	25,9	40,4	12,7	2,2
II. DESPESAS	29.762,5	25.311,0	28.883,8	27.882,6	38.143,5	20.373,7	29.531,8	33.259,3	30.658,8	29.289,6	49.745,8	33.043,7	27.460,7
II.1 - Liberações Vinculadas	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.538,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4	889,0	309,8	316,2	865,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.226,4
II.2 - Liberações Ordinárias	22.790,8	19.609,0	23.323,3	20.090,6	32.648,8	15.573,3	23.221,5	28.074,5	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.895,5	19.922,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.047,7	5.714,0	5.711,0	6.275,8	7.606,6	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.577,8	6.718,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4	210,9
i) Dívida Contratual Interna	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3	109,7	397,5	109,6	121,2
ii) Dívida Contratual Externa	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8	89,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.835,8	3.692,2	3.916,2	4.446,9	3.857,0	5.314,3	4.050,5	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8	3.829,1	4.977,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5	453,2	1.159,0	228,1	302,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	816,4	2.717,2	36,9	6.152,6	-10.091,8	7.759,5	218,2	-3.645,6	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-4.807,4	5.828,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.972,6	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7	36.612,6	10.810,9	20.221,5	26.841,4	10.678,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	841,3	538,9	2.712,1	897,7	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8	621,6	1.016,4
V. DESPESAS	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.796,2	24.651,7	3.208,5	32.923,1	28.656,5	25.926,7	19.170,1	25.929,8	10.910,8	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3
V.1.2 - Dívida Contratual	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0	98,5	1.292,0	100,0	106,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	1.758,9	8.453,9	33.287,9	14.961,8	-7.005,4	14.450,4	44,3	-11.866,6	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-10.544,2	19.883,6

(*) Critério Liberação. Dados revisitos, sujeitos a alteração.



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3
I.1. Emissão de Títulos	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0	163,2	31,6	36,6	198,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6
II. DESPESAS NO BACEN	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6
II.1. Resgate de Títulos	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2
II.2. Encargos da DPMF	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9
III. RESULTADO (I - II)	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0	66,1	35,3	13,5	10,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3	13,4	0,0	0,0	173,5
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0	8,0	149,7	17,6	-4,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1	1,1	2,1	0,6
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5	-2,1	149,2	0,5	0,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5	0,0	-0,6	15,0	-5,1
IV. PRONAF	56,4	24,1	30,2	40,6	60,2	65,0	68,9	13,3	332,6	-36,4	245,2	151,0	98,1
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5	30,7	122,8	23,9	21,2
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	23,3	-1,9	2,4	12,7	28,8	30,9	-6,8	11,7	200,1	-67,1	122,4	127,1	76,9
V. PROEX	-2,6	-7,2	-8,3	-7,6	152,6	159,5	-29,8	-15,6	194,9	32,1	458,6	-8,2	-75,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1	44,8	316,4	10,3	0,0
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-4,7	-11,5	-16,1	-44,3	11,6	-19,2	-52,2	-22,3	42,8	-12,7	142,2	-18,5	-75,6
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	0,0
VII. CACAU	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	15,0	61,8	3,2	14,3	11,0	10,2	0,0	0,0	0,0	0,2	4,2	31,4	51,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	421,9	3,2	1.503,3	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA (1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,8	-3,3
XI. TOTAL	127,7	49,3	3,2	69,7	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	202,5	249,5

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
I. DÍVIDA INTERNA	72.764,9	83.525,6	85.443,6	105.234,2	121.724,3	135.632,9	143.873,1	153.258,4	160.164,0	167.868,0	170.972,0	163.732,2	168.806,5
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	584.485,6	599.228,0	602.799,7	621.757,1	633.899,2	655.281,5	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0
Dívida Bancária	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6
INSS	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8
Lei 7.976/89	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4
Bônus Renegociação	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.748,6
Lei 8.727/93	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9
Lei 9.496/97	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3
Recebíveis das Estatais	-31.850,5	-31.814,3	-30.512,4	-30.753,5	-30.935,3	-32.422,1	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7
Outros	-42.694,5	-43.166,5	-43.537,8	-43.182,9	-43.000,1	-43.460,4	-42.676,5	-43.028,0	-43.225,3	-43.766,5	-43.867,5	-44.205,9	-44.044,1
Fat	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9
Demais Entidades	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.117,1
Créditos das Operações Oficiais	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7
Arrecadação a Recolher	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.509,7
II. DÍVIDA EXTERNA	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1
Dívida Mobiliária	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9
Títulos Depositados em Garantias	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3
Dívida Contratual	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0
Disponibilidades	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	337.302,8	332.224,0	297.602,6	328.240,6	338.848,6	358.560,4	360.428,1	372.111,3	378.696,1	394.224,6	392.506,2	392.869,0	394.919,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,5%	23,8%	21,2%	23,1%	23,6%	24,7%	24,6%	25,1%	25,2%	26,0%	25,6%	25,5%	25,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8
Brazil Investment Bond (BIB)	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5	913,4	894,8	910,8	902,4
Par Bond (PB)	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9
Discount Bond (DB)	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1
Debt Conversion Bond (DCB)	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2
New Money Bond (NMB)	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6
Eligible Interest (EI)	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1
Bônus Marco Alemão 2007	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6
Bônus Global 2027	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3
Bônus Eurolira	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.252,0	1.288,2	1.293,0	1.370,8	1.414,0	1.420,8	1.411,8
Bônus Eurosterling 2007	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7	761,9	777,4	804,6	816,7
Bônus Euro 2003	1.926,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.239,5	1.275,4	1.280,1	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7
Bônus Global 2008	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5
Bônus Global 2004	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.667,6	8.822,7	8.741,4
Bônus Euro 2004	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0
Bônus Global 2009	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.933,0	5.744,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6
Bônus Euro 2006	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8	2.507,7
Bônus Global 2020	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8
Bônus Euro 2010	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7
Bônus Global 2030	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1
Bônus Samurai 2003	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5
Bônus Global 2007	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5
Bônus Global 2040	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4
Bônus Euro 2007	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7
Bônus Samurai 2006	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4
Bônus Global 2006	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7
Bônus Euro 2011	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0
Bônus Global 2024	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5	8.696,2	8.496,3	8.773,6	8.594,5	8.748,3	8.667,7
Bônus Samurai 2007	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1
Bônus Global 2005	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8
Bônus Global 2012	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3
Euro Bond 2009	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9	1.669,1	1.769,6	1.825,3	1.834,1	1.822,5
Bônus Global 2013	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3
Bônus Global 2010	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5
Bônus Global 2034	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.411,4	4.370,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3
III. DÍVIDA CONTRATUAL	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	19,2%	17,8%	15,1%	15,7%	15,1%	15,4%	14,8%	14,8%	14,6%	14,9%	14,5%	14,9%	14,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	888.560,4	897.168,6	897.378,9	921.484,3	933.769,0	958.494,4	967.781,6	989.604,2	999.925,1	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2
I. Dívida em Mercado	584.485,6	599.228,0	602.799,7	621.757,1	633.899,2	655.281,5	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0
Dívida Securitizada	21.500,7	21.499,3	21.752,8	21.960,9	21.968,0	22.081,7	21.559,1	21.379,4	22.188,3	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0
TDA	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8
LTN	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7
LFT	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2
LFT-A	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0
LFT-B	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8
NTN-A	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4
NTN-B	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6
NTN-C	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8
NTN-D	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6
NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	449,0	902,9	1.201,2
NTN-I	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2
NTN-P	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3
CFT-A	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5
CFT-D	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8
Demais	3.786,0	3.834,8	3.772,1	3.809,4	3.816,4	3.860,2	3.843,9	3.851,0	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2
II. Dívida com BACEN	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3
LTN	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9
LFT	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4
NTN-D	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4
Demais	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6
Dívida em Mercado/PIB	42,4%	43,0%	42,8%	43,7%	44,1%	45,2%	45,3%	45,7%	45,9%	46,2%	46,0%	45,9%	46,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Fev/2003	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2004
I. INTERNA	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.919,8	-126.947,4	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.691,0
Dívida contratual	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1	709,5	487,3	495,5	490,8
FAT	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9
Aplicações financeiras	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3
Fundos Regionais	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.772,1
Demais	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,5
II. EXTERNA	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4
Disponibilidades	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.866,2	-127.864,1	-129.203,1	-131.575,6	-133.383,8	-134.061,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,4%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de fevereiro de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram crescimento nominal de 9,2% (nove vírgula dois por cento) quando comparados aos repasses efetuados em janeiro de 2004.

Em fevereiro de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.985 milhões, contra R\$ 3.648 milhões no mês de janeiro, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

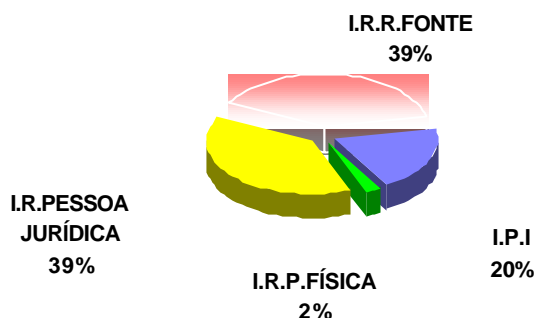
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (61) 481-8000.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **fevereiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/04 JAN/04	FEV/04 FEV/03	JAN A FEV/04 JAN A FEV/03
2003	2.144,8	2.037,0	4.181,8	-	-	-
2004	2.395,2	2.193,2	4.588,4	+ 9,2 %	+ 11,7%	+ 9,7 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/04 JAN/04	FEV/04 FEV/03	JAN A FEV/04 JAN A FEV/03
2003	2.049,5	1.946,4	3.995,9	-	-	-
2004	2.288,7	2.095,7	4.384,4	+ 9,2 %	+ 11,7%	+ 9,7 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

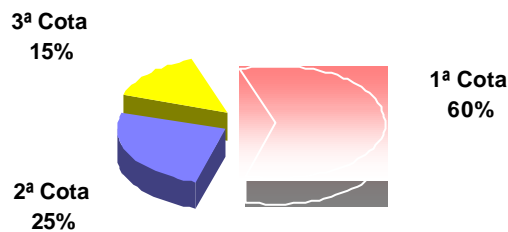
De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **fevereiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/02, 20/02 e 01/03**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JAN	+7,0 %	+9,2 %	+7,0 %	+9,2 %	+9,8 %	+10,0 %

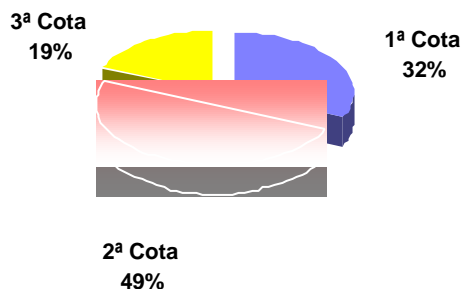
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de janeiro a 20 de fevereiro, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jan	510,9	5.879,5	6.390,4						
FEV/2004	1.643,2	7.380,5	9.023,7	FEV/2004	10.645,3	1.945,4	2.036,0	135,4	726,5
1º Dec./Fev.	784,6	1.895,1	2.679,6	3º Dec./Jan.	6.390,4	1.167,8	1.222,2	43,4	429,4
2º Dec./Fev.	297,8	1.277,5	1.575,3	1º Dec./Fev.	2.679,6	489,7	512,5	66,7	188,6
3º Dec./Fev.	560,8	4.207,9	4.768,8	2º Dec./Fev.	1.575,3	287,9	301,3	25,3	108,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	11.202,1	66.553,2	13,7	13.762,6
AL	48.201,2	80.931,9	318,3	23.486,7
AM	28.479,3	54.285,3	4.340,2	15.799,8
AP	7.709,2	66.378,1	1,1	13.247,2
BA	183.860,0	182.796,7	8.987,5	69.884,4
CE	105.996,3	142.734,4	1.603,6	44.868,9
DF	4.135,5	13.427,4	8,1	3.444,9
ES	36.322,6	29.181,5	6.290,8	14.481,6
GO	74.551,8	55.310,6	1.114,1	23.680,7
MA	81.768,1	140.425,2	1.278,7	52.381,0
MG	267.601,5	86.659,3	15.397,0	70.717,9
MS	30.304,1	25.913,2	838,4	10.593,4
MT	38.540,3	44.898,6	1.198,8	15.760,9
PA	73.985,9	118.904,8	5.116,1	43.202,2
PB	65.599,4	93.164,8	412,8	28.212,2
PE	104.069,4	134.238,7	847,1	40.236,3
PI	50.462,9	84.069,9	90,6	25.284,6
PR	137.482,7	56.090,7	14.934,0	41.080,5
RJ	60.240,4	29.720,4	13.971,9	20.833,7
RN	51.270,8	81.278,2	370,4	23.610,3
RO	18.390,1	54.775,6	159,9	13.045,8
RR	9.716,7	48.260,3	11,6	10.249,5
RS	137.363,8	45.811,0	19.447,6	39.991,2
SC	79.172,0	24.897,6	11.501,8	21.921,3
SE	29.493,0	80.838,5	79,5	19.590,7
SP	273.083,1	19.454,3	27.084,9	68.684,8
TO	31.008,1	84.431,7	6,0	20.406,2
TOTAL	2.040.010,4	1.945.431,8	135.424,5	788.459,4

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Mar/Fev	Abr/Mar	Mai/Abr
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	- 17,0 %	+ 17,4 %	- 15,7 %
IPI-EXP	+ 4,0 %	+ 24,1 %	- 12,6 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan a Jun/03	31/07/03	Out/2003	31/12/03
Jun/2003	31/07/03	Nov/2003	03/02/04
Jul/2003	21/08/03	Dez/2003	04/02/04
Ago/2003	30/09/03	Jan a Dez/03	04/02/04
Set/2003	13/11/03	Jan/2004	18/02/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (061) 412.3116/3023 Fax: (061) 412.1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

FEVEREIRO/2004

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em fevereiro de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.146,5 milhões, contra R\$ 2.455 milhões em janeiro de 2004. Mesmo com o crescimento dos valores referentes ao FPM, FPE e IPI-Exportação, os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 12,6%, em valores nominais. Este comportamento deveu-se a uma acentuada queda de 21,4% do ICMS-Estadual.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional: (061)481-8000.

R\$ Mil

Origens	janeiro	Partic.	fevereiro	Partic.	Fev/Jan
FPM	326.459,0	13,3%	356.526,2	16,6%	9,2%
FPE	314.358,8	12,8%	343.311,5	16,0%	9,2%
IPI-EXP	21.720,6	0,9%	23.898,4	1,1%	10,0%
LC 87/96	42.387,5	1,7%	42.387,5	2,0%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	22.335,8	0,9%	22.335,8	1,0%	-
ICMS	1.728.089,3	70,4%	1.358.092,5	63,3%	-21,4%
Total	2.455.350,9	100%	2.146.552,0	100%	-12,6%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

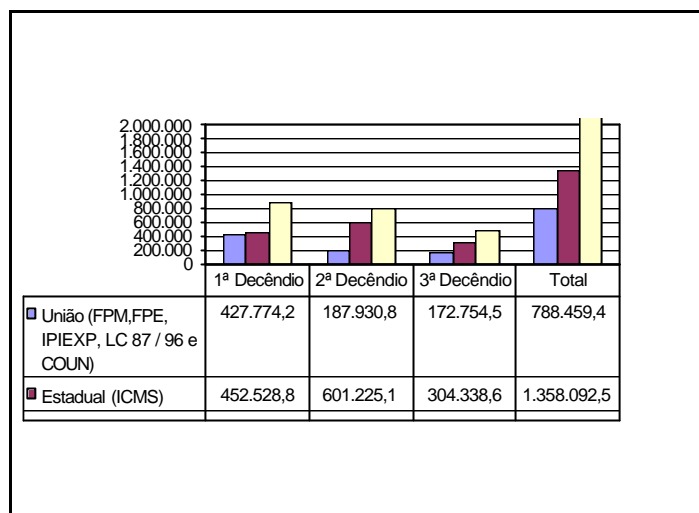
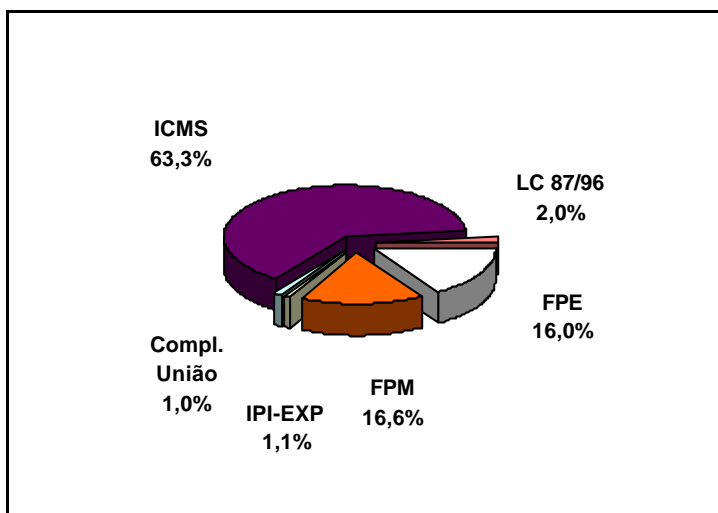
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - FEVEREIRO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	11.745	1.977	2	0	39	3.115	16.878	119,9	228,4
AL	681.631	14.282	8.506	56	285	357	10.303	33.789	49,6	97,4
AM	702.496	9.580	5.026	766	0	428	20.405	36.205	51,5	113,8
AP	123.954	11.714	1.360	0	0	173	2.037	15.284	123,3	242,8
BA	3.145.874	32.258	32.446	1.586	2.015	1.580	58.002	127.887	40,7	88,2
CE	1.629.478	25.188	18.705	283	0	692	21.394	66.262	40,7	95,5
DF(2)	295.507	2.370	730	1	0	344	0	3.445	11,7	22,4
ES	506.045	5.150	6.410	1.110	0	1.812	32.172	46.654	92,2	189,7
GO	946.678	9.761	13.156	197	0	567	38.688	62.369	65,9	151,0
MA	1.515.900	24.781	14.430	226	12.231	713	9.500	61.881	40,8	81,1
MG	3.234.938	15.293	47.224	2.717	0	5.484	144.425	215.142	66,5	139,6
MS	411.164	4.573	5.348	148	0	525	21.314	31.907	77,6	157,2
MT	575.966	7.923	6.801	212	0	825	29.204	44.965	78,1	155,2
PA	1.563.132	20.983	13.056	903	6.405	1.855	5.561	48.764	31,2	84,1
PB	785.138	16.441	11.576	73	0	122	13.406	41.618	53,0	106,6
PE	1.556.767	23.689	15.824	149	0	574	36.144	76.380	49,1	101,1
PI	680.126	14.836	8.905	16	1.399	128	8.647	33.931	49,9	97,6
PR	1.575.874	9.898	24.262	2.635	0	4.285	96.970	138.050	87,6	172,5
RJ	1.995.272	5.245	10.631	2.466	0	2.493	150.183	171.016	85,7	206,2
RN	556.513	14.343	9.048	65	0	154	15.450	39.060	70,2	135,5
RO	296.998	9.666	3.245	28	0	106	10.435	23.480	79,1	158,7
RR	73.528	8.517	1.715	2	0	16	1.120	11.370	154,6	304,7
RS	1.560.609	8.084	24.207	3.432	0	4.268	94.800	134.791	86,4	193,3
SC	881.442	4.394	13.972	2.030	0	1.526	53.154	75.075	85,2	200,1
SE	382.172	14.266	5.205	14	0	106	10.026	29.617	77,5	154,3
SP	5.143.359	3.433	47.291	4.780	0	13.181	464.731	533.416	103,7	219,4
TO	272.309	14.900	5.472	1	0	33	6.907	27.314	100,3	195,7
Total	31.233.602	343.311	356.526	23.898	22.336	42.388	1.358.093	2.146.552	68,7	147,3

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.